



## **DUAS VISÕES PARA A AMÉRICA: O LIBERTADOR SIMÓN BOLÍVAR E O IMPÉRIO DO BRASIL (1819 – 1830)**

*Cassiano Arruda Câmara Neto<sup>1</sup>*

Na geopolítica da América Latina, o Brasil ocupa um espaço peculiar de ser uma nação lusófona, relativamente isolada de seus vizinhos hispânicos pela geografia e concentração populacional na costa. Mesmo na era contemporânea, em iniciativas como o Mercosul ou a Unasul, o papel brasileiro de grande potência regional se projetando como a liderança de um bloco latinoamericano é prejudicado devido à sua identidade nacional mais distante e de difícil integração regional com a antiga América espanhola. Esta dificuldade pode ser traçada desde as primeiras interações entre Brasil e seus vizinhos como estado-nações independentes, passando pela emblemática figura de Simón Bolívar e seus planos panamericanos.

O Brasil em suas primeiras décadas como nação independente foi uma monarquia governada pela dinastia de Bragança, a mesma de Portugal. Seu processo de emancipação política em relação à metrópole colonial causou pouca mudança na estrutura social vigente, um aspecto propositalmente elaborado pelas elites brasileiras que desejavam a separação de Portugal como maneira de defender seus interesses, mas não estavam dispostos a arriscar seu status e poder. O novo Império do Brasil assegurou reconhecimento de sua independência com relativa rapidez, em 1825, em troca de uma série de concessões econômicas e simbólicas, mantendo laços com as cortes europeias e forças do tradicionalismo no Ocidente.

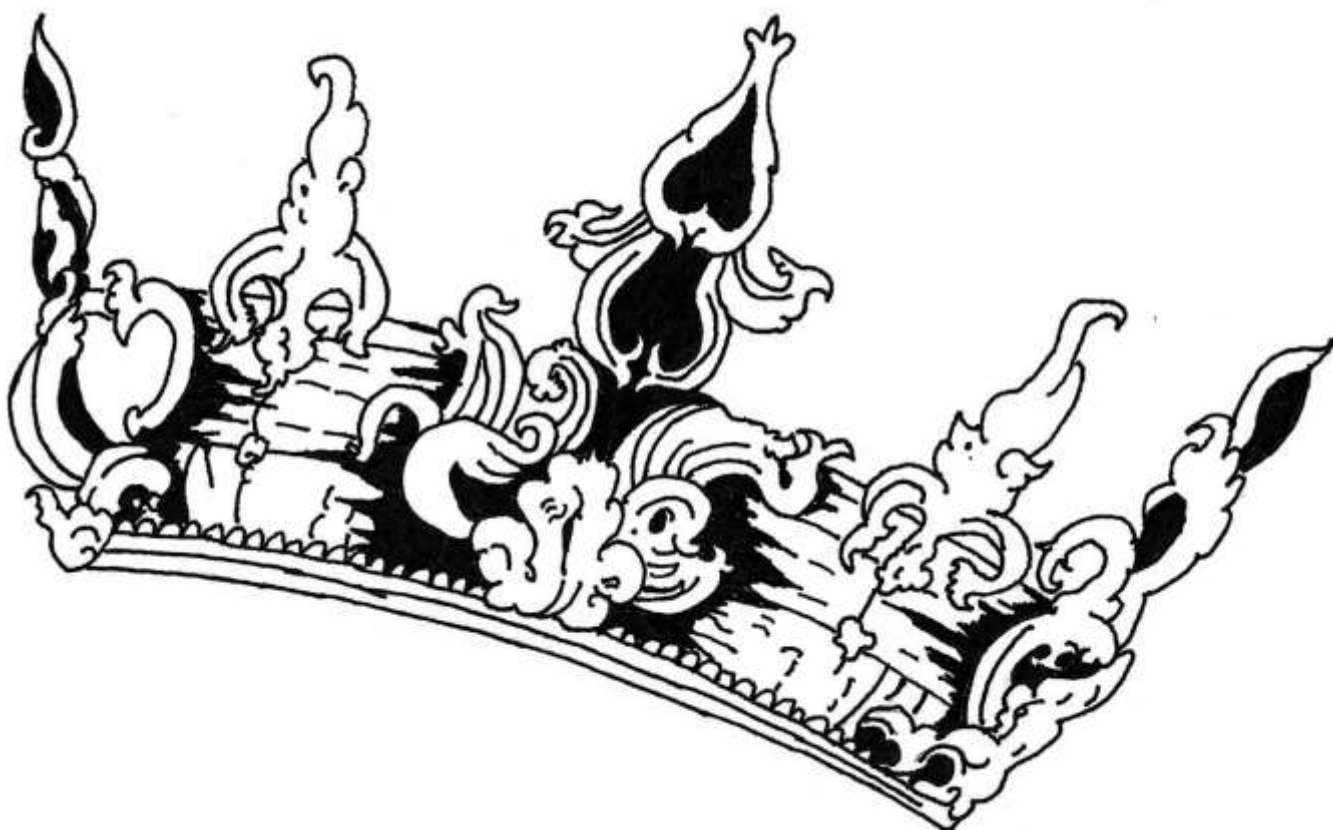
Já o líder revolucionário Simón Bolívar, conhecido pelo título de Libertador, surgiu da abastada classe crioula de Caracas. Como objetivo principal de suas campanhas através da América do Sul buscou destruir completamente o poder colonial espanhol que dominava a região pelos últimos três séculos. Em seu lugar tentou implementar uma república de caráter liberal e burguesa, em essência garantindo aos crioulos, antiga elite

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: cassianoarrudacamaraneto@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2788-6529.

colonial superada apenas pela elite metropolitana na península ibérica, o controle completo do poder político. Chegou a escalonar o conflito a ponto de decretar a execução de qualquer espanhol que permanecesse leal à metrópole nos momentos mais sangrentos da guerra. O reconhecimento final da coroa espanhola da independência de suas ex-colônias americanas viria muitas décadas depois, quando Bolívar já estava morto. Em sua visão política de integrar toda a América em uma entidade política capaz de fazer frente ao absolutismo e conservadorismo europeu, que se impunha mundialmente após a derrota de Napoleão Bonaparte e do Congresso de Viena.

Esses fatores determinaram a impressão inicial do Libertador em relação ao governo brasileiro, assim como o desenrolar desse relacionamento em um estado mais cordial. Desde a realocação da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, as diversas autoridades hispano-americanas identificaram o Brasil como potencial ponto de partida para uma reconquista castelhana da região. A mulher do então príncipe regente, futuro rei de Portugal Dom João VI, era Dona Carlota Joaquina, irmã do rei da Espanha Fernando VII. Sua presença representava um constante risco de as forças portuguesas atentarem alguma conquista local sob a justificativa de instaurá-la como soberana legítima da América espanhola. O conturbado relacionamento dela com seu marido impediu que



esses projetos tomassem forma, mas o rei ainda assim aproveitou a situação caótica dos vizinhos para expandir seus domínios até o rio da Prata, anexando um território chamado de Cisplatina, o atual Uruguai. Bolívar tomou nota dessa ação e escreveu sobre a ameaça de reforços realistas provindos da América portuguesa.

Após o peculiar processo de independência brasileiro, o Libertador de início encarou o governo imperial como um sucessor direto do império português no continente, mantendo muitos dos mesmos interesses dinásticos. Na Europa, a Santa Aliança (Áustria, Prússia e Rússia) realizava suas primeiras ações de “policiamento” contra movimentos liberais inspirados na Revolução Francesa, invadindo a Espanha para restaurar o governo absolutista. Dom Pedro I era intrinsecamente conectado a esse sistema por seu casamento com a filha do imperador Habsburgo e por ser filho de uma princesa espanhola. Como presidente da República da Colômbia (hoje denominada Grã Colômbia), Bolívar se mostrou receoso de incluir o Estado brasileiro em seu megaprojeto americano, chegando a não convidar o governo imperial para o Congresso do Panamá, a grande culminação de suas ideias de integração das nações que surgiram durante as guerras de independência. O império era temido como potencial agente das cortes europeias contra a independência e unidade americana.

O governo brasileiro tentou se distanciar desta imagem e buscar algum grau de integração e cooperação com seus vizinhos republicanos e hispanófonos. Figuras como o chanceler brasileiro e o patriarca da independência, José Bonifácio, se pronunciaram a favor de uma confederação para fins defensivos entre as nações sul-americanas. O verdadeiro teste das relações entre Bolívar e Dom Pedro veio durante a campanha militar no Alto Peru, atual Bolívia. O governador da província de Chiquitos requisitou proteção do imperador do Brasil contra o exército colombiano liderado pelo marechal Antônio José de Sucre. O governo brasileiro estava ciente de uma troca de correspondências entre a República da Colômbia e as Províncias Unidas do Rio da Prata, entidade que reivindicava a Cisplatina, com pedidos deste último de forjar uma aliança hispânica para resistir e derrotar o expansionismo brasileiro. Portanto quando o pedido de proteção alcançou a província de Mato Grosso uma força militar foi empreendida e ocupou Chiquitos com a intenção de intimidar Bolívar quanto aos riscos de um conflito contra o Brasil. Quando o pedido de proteção chegou ao Rio de Janeiro, entretanto, foi rapidamente negado por Dom Pedro, que ordenou o recuo das tropas que haviam ocupado Chiquitos sem instruções do governo central. O temor do governo brasileiro era que essa ação, ao contrário do que pensavam os militares do Mato Grosso, incentivasse uma coalizão

regional contra o império. Bolívar, ao ser informado da ocorrência, primeiro exigiu cautela de suas tropas, já deduzindo se tratar de uma tropa agindo sem ordens do governo central. Com a correção do lado brasileiro e entrega pacífica da região para Sucre, as tensões se dissiparam e a única correspondência direta entre o Libertador e o Imperador foi escrita, com garantias de ambos os lados para a manutenção da paz. O Brasil conseguiu então isolar as Províncias Unidas na questão pendente da Cisplatina, uma disputa que iniciou uma guerra até ser resolvida com arbitragem britânica em 1828.

Mesmo com suas divergências ideológicas em relação ao republicanismo, Bolívar reconheceu na Constituição imperial de 1824 muitas estruturas políticas que aprovava e tentava implementar em seu próprio território, como um governante vitalício por aclamação popular, um Estado unitário com o poder centralizado na capital e no chefe do executivo e ideias liberais como liberdade religiosa e de imprensa. Apesar de omitir o Brasil da lista de convidados ao Panamá, foi convencido mais tarde a estender a cortesia ao governo de Dom Pedro. Esse por sua vez não participou ativamente das deliberações do congresso, mas o fato de sua presença em um evento panamericano ter sido requisitada por muitas figuras próximas a Bolívar como essencial para a criação de uma ordem estável e longeva exemplifica a aproximação desses dois universos semelhantes que habitam a América Latina.

O estabelecimento de relações amistosas conclui essa revisão das relações interamericanas na época de Bolívar, que faleceu em 1830 após enfrentar forte oposição interna contra o seu governo centralizador e abdicou de seu posto de presidente um pouco antes de Dom Pedro I fazer o mesmo com a coroa imperial em 1831. É de grande importância o estudo dessas relações bilaterais para determinar os caminhos futuros a se seguirem na política regional de integração.

### **Bibliografia:**

GUIMARÃES, Argeu. Bolívar e o Brasil, Edição fac-similar, Rio de Janeiro, 2017.

ALEIXO, José Carlos Brandi. Simón Bolívar e o Brasil. R.C.P., Rio de Janeiro, 1983.

CAMPOS, Raul Adalberto de. Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1913.

VIEIRA DE MELLO, Arnaldo. Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (Da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina). Rio de Janeiro, Olímpica, 1963.